

Demonstrações Financeiras

Stone Instituição de Pagamento S.A.

(anteriormente denominada Stone Pagamentos S.A.)

30 de junho de 2022

com Relatório do Auditor Independente

Stone Instituição de Pagamentos S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2022

Índice

Relatório da administração.....	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais.....	8
Demonstração dos resultados	10
Demonstração dos resultados abrangentes.....	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamentos S.A. (“Stone” ou “Companhia”) relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 e exercício findo de 31 de dezembro de 2021.

Mensagem da Administração

Nosso negócio demonstrou forte crescimento no segundo trimestre de 2022, balanceado com rentabilidade. Nosso TPV transacionado cresceu 50%, com volume transacionado no nosso core de microempreendedores e PMEs (incluindo offline e online) crescendo 78% comparado ao mesmo período do ano anterior, acima do *guidance* que passamos ao mercado.

Além disso, atingimos aproximadamente 2,1 milhões de clientes de pagamentos, ao mesmo tempo que melhoramos a qualidade da nossa base, o que é visto através de um aumento do TPV médio por cliente nas nossas diferentes soluções. Além disso, continuamos com uma estratégia ativa no que tange nossa política comercial dadas as movimentações da Selic, o que nos permitiu crescer com rentabilidade.

O número de contas bancárias digitais ativas atingiu 526 mil, com contínuo engajamento com as nossas soluções. Aumentamos o saldo de depósitos na nossa conta, que atingiu R\$2,3 bilhões, resultado do aumento do saldo médio por cliente. Isso contribuiu para um aumento de 3x na receita por cliente de banking (ARPAC) comparado ao mesmo período do ano anterior.

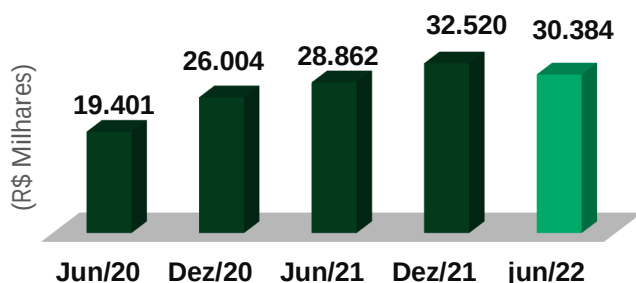
Acreditamos que estamos bem-posicionados para executar nossas estratégias, e continuar crescendo com melhoria de margens.

Continuamos comprometidos em ajudar nossos lojistas com as diversas necessidades que eles têm, ajudando-os a serem mais produtivos e venderem mais.

Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios.

Total de ativos

Em 30 de junho de 2022, os ativos totalizaram R\$ 30.384 milhões, apresentando uma diminuição de 6,58% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 32.520 milhões.

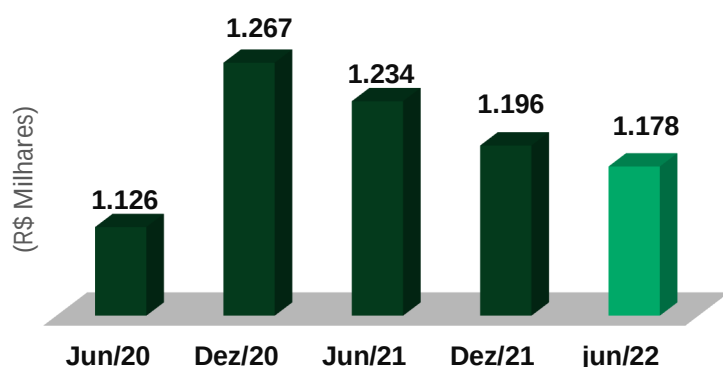


Destacamos abaixo as principais movimentações no total de ativos:

- **Contas a receber de emissores:** O principal ativo da Stone refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito. O saldo das contas a receber de emissores, incluindo aquelas que foram cedidas com retenção de riscos e benefícios, totalizou R\$ 17.590 milhões em 30 de junho de 2022, representando uma diminuição de 8,8% em relação ao saldo de R\$ 19.285 milhões em 31 de dezembro de 2021. A diminuição no saldo é reflexo do aumento de cessões realizados no primeiro semestre de 2022 em relação as cessões realizadas no exercício de 2021.
- **Títulos e valores mobiliários:** O saldo de títulos e valores mobiliários aumentou de R\$ 6.319 milhões em 31 dezembro de 2021, para R\$ 6.676 milhões em 30 de junho de 2022, devido principalmente ao aumento no investimento em cotas do FIDC TAPSO.
- **Participações em coligadas e controladas:** O saldo de participações em coligadas e controladas passou de R\$ 3.360 milhões em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 3.588 milhões em 30 de junho de 2022. Em junho de 2022 a Stone começou a ter como investida a empresa Stone Cartões com uma participação de 100%.

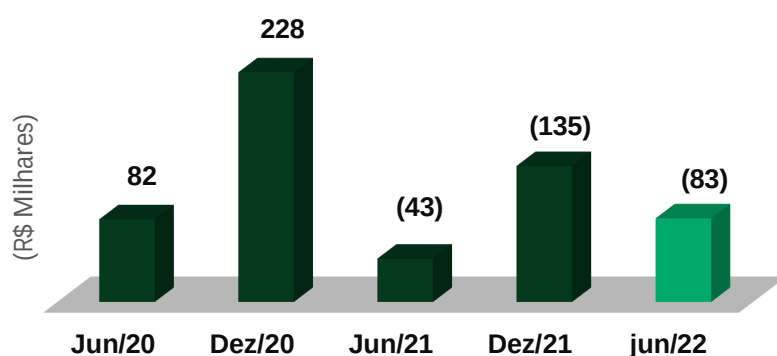
Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2022, o patrimônio líquido totalizou R\$ 1.178 milhões, representando uma diminuição de R\$ 18 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 1.196 milhões.



Resultado

No primeiro semestre de 2022, a Stone totalizou um prejuízo de R\$ 83 milhões, representando um aumento de R\$ 40 milhões em relação prejuízo do semestre findo em 30 de junho de 2021, no montante R\$ 43 milhões.



Destacamos abaixo os principais impactos no resultado:

- **Receitas:** As receitas operacionais, que contemplam serviços de transações de pagamento, aluguel de equipamentos e antecipação de obrigações por transações de pagamento, totalizaram R\$ 1.915 milhões, líquido de impostos, no semestre findo em 30 de junho de 2022, um aumento de 217,8% em relação ao total de R\$ 880 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2021. O aumento deve-se principalmente ao crescimento da receita de antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais, dado o ajuste na política comercial em resposta à alta da taxa Selic.
- **Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:** O aumento das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, de R\$ 185 milhões no semestre findo em junho de 2021, para R\$ 1.238 milhões no semestre findo em junho de 2022, deve-se principalmente ao aumento de juros relacionado a cessão de recebíveis, dada a alta da Selic.
- **Despesas de pessoal:** O aumento em despesas de pessoal é dado pelo acréscimo no quadro de funcionários da Stone, reflexo do crescimento da Companhia.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria da
Stone Instituição de Pagamentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamentos S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Instituição de Pagamentos S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Processo de reconhecimento das receitas operacionais

Conforme divulgado na nota explicativa nº 3(o), as principais receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, as quais são apropriadas no resultado da Companhia, líquidas de taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações, (ii) das rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebidos dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Companhia, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões e (iii) das rendas com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar e o valor efetivamente antecipado. Em 30 de junho de 2022, o saldo de contas a receber de emissões de cartões e a receita líquida de serviços de transações de pagamentos e outros serviços totalizaram R\$ 12.379.721 mil e R\$ 656.142 mil, respectivamente, a receita líquida de aluguel de equipamentos totalizaram R\$ 230.778 mil e a receita líquida por antecipações de obrigações de transações de pagamentos totalizaram R\$ 1.027.882 mil. Em razão da relevância do processo de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações, bem como dos valores envolvidos, consideramos essa área como principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) testes documentais relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos de balanços patrimoniais e de resultado relacionados às transações incorridas (captura, autorização, processamento, serviços de liquidação fornecidos pelas redes do sistema de pagamento e emissores de cartões, pré-pagamentos ao clientes de seus recebíveis parcelados e do resultado apurado com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados) levando em consideração aspectos de relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem; (ii) testes de valorização do montante da receita a ser reconhecida como um percentual do valor total da transação; (iii) testes documentais relacionados ao processo de registro da receita de aluguel de equipamentos (valorização, liquidação e contabilização); e (iv) a avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas nº 7 e 22.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento das receitas operacionais, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação das notas explicativas nº 7 e 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

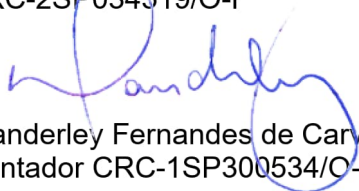
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-F



Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC-1SP300534/O-8

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante		25.047.805	27.419.420
Caixa e equivalentes de caixa	4	107.309	1.126.454
Disponibilidades		107.309	1.116.296
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	10.158
Instrumentos financeiros		24.447.347	25.961.360
Títulos e valores mobiliários	6a	6.675.823	6.318.543
Instrumentos financeiros derivativos	6c	382	-
Contas a receber de emissores	7	12.349.174	14.623.500
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	8	5.209.972	4.661.058
Depósitos no Banco Central	9	98.251	233.430
Rendas a receber	10	129.314	124.015
(-) Provisões para crédito de liquidação duvidosa	12	(52.011)	(36.768)
Outros ativos diversos	11	36.442	37.582
Outros créditos		369.515	234.857
Impostos e contribuições a compensar		110.510	70.590
Imposto de renda a recuperar		23.670	60.316
Outros ativos diversos	11	235.335	103.951
Outros valores e bens		123.634	96.749
Despesas antecipadas	13	123.634	96.749
Não circulante		5.335.785	5.100.705
Realizável a longo prazo		877.671	729.732
Instrumentos financeiros		66.505	35.317
Contas a receber de emissores	7	30.547	-
Rendas a receber	10	35.958	35.317
Outros créditos		648.851	538.852
Ativos fiscais diferidos	14b	426.014	324.095
Outros ativos diversos	11	222.837	214.757
Outros valores e bens		162.315	155.563
Despesas antecipadas	13	162.315	155.563
Investimentos	15	3.437.559	3.379.231
Participações em coligadas e controladas		3.437.533	3.360.462
Ágio na aquisição de investimentos		26	18.769
Imobilizado de uso	16	844.488	832.966
Instalações, móveis e equipamentos de uso		1.401.279	1.267.361
(-) Depreciação acumulada		(556.791)	(434.395)
Intangível	17	176.067	158.776
Ativos intangíveis		280.309	237.449
(-) Amortização acumulada		(104.242)	(78.673)
TOTAL DO ATIVO		30.383.590	32.520.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Passivo			
Circulante		29.052.900	30.576.820
Depósitos e demais instrumentos financeiros		28.735.849	30.330.029
Depósitos	9	1.578.706	1.485.789
Instrumentos financeiros derivativos	6c	-	58
Obrigações por empréstimos	18	2.338.850	2.507.635
Contas a pagar a estabelecimentos	19	15.001.280	16.054.088
Obrigações vinculadas a cessão	8	1.766.746	2.327.225
Outros passivos diversos	20c	8.050.267	7.955.234
Outras obrigações		317.051	246.791
Obrigações sociais e estatutárias	20a	72.794	48.177
Provisão para pagamentos a efetuar	20e	185.595	167.323
Impostos e contribuições a recolher	20b	25.262	28.431
Outros passivos diversos	20c	33.400	2.860
Não circulante		152.355	747.219
Instrumentos financeiros		-	593.033
Obrigações por empréstimos	18	-	589.345
Outros passivos diversos	20c	-	3.688
Outras obrigações		152.355	154.186
Provisão para pagamentos a efetuar	20e	14.572	27.217
Obrigações fiscais diferidas	14b	116.859	106.771
Provisão para contingências	20d	8.467	6.962
Outros passivos diversos	20c	12.457	13.236
Patrimônio líquido	21	1.178.335	1.196.086
Capital social	21a	869.445	869.445
Reserva de capital	21b	260.814	195.212
Reserva de lucros	21c	166.734	250.087
Outros resultados abrangentes	21e	(118.658)	(118.658)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.383.590	32.520.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>Semestre findo em 30/06/2022</u>	<u>Semestre findo em 30/06/2021</u>
Receitas operacionais	22	1.914.802	879.903
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços		656.142	556.400
Receita líquida de aluguel de equipamentos		230.778	200.734
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento		1.027.882	122.769
Resultado bruto da intermediação financeira		(812.305)	18.689
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários		605.732	229.577
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(3.315)	(2.738)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	23	(1.238.461)	(184.966)
Despesas com operações de empréstimos	18	(176.261)	(23.184)
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.291.346)	(1.008.426)
Custo dos serviços prestados	24	(261.168)	(227.655)
Despesas de pessoal	25	(488.079)	(409.687)
Despesas administrativas	26	(173.418)	(154.461)
Depreciação e amortização	15/16/17	(182.511)	(122.035)
Despesas de provisões	27	(27.761)	(20.124)
Outras receitas operacionais	28	11.086	8.654
Outras despesas operacionais	29	(169.495)	(83.118)
Resultado operacional		(188.849)	(109.834)
Resultado de participação em controladas e coligadas	15	69.618	62.835
Resultado não operacional	30	11.632	(3.627)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(107.599)	(50.626)
Imposto de renda e contribuição social	14a	91.831	46.895
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	4.130
Imposto de renda e contribuição social diferidos		91.831	42.765
Participações no lucro		(67.585)	(39.725)
Prejuízo do período		(83.353)	(43.456)
Prejuízo por ação (R\$)		(0,54)	(0,28)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 30/06/2022	Semestre findo em 30/06/2021
Lucro líquido / (prejuízo) do período	(83.353)	(43.456)
Outros resultados abrangentes	-	1.512
Itens que serão reclassificados para o resultado	-	1.512
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável	-	2.291
Efeito tributário sobre item acima	-	(779)
Resultado abrangente do período	(83.353)	(41.944)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		869.445	61.833	261.344	(118.658)	-	1.073.964
Pagamento baseado em ações		-	3.867	-	-	-	3.867
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas		-	930	-	-	-	930
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável, líquida de impostos		-	-	-	(4.086)	-	(4.086)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	81.546	81.546
Destinações do lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	4.077	-	(4.077)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,1921/ação)		-	-	-	-	(29.907)	(29.907)
Saldos em 30 de junho de 2020		869.445	66.630	265.421	(122.744)	47.562	1.126.314
Saldos em 31 de dezembro de 2020		869.445	87.011	431.202	(120.170)	-	1.267.488
Pagamento baseado em ações		-	43.163	-	-	-	43.163
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas		-	1.483	-	-	-	1.483
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável, líquida de impostos		-	-	-	1.512	-	1.512
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	(4.746)	-	-	(4.746)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,2006/ação)		-	-	(31.222)	-	-	(31.222)
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(43.456)	(43.456)
Saldos em 30 de junho de 2021		869.445	131.657	395.234	(118.658)	(43.456)	1.234.222
Saldos em 31 de dezembro de 2021		869.445	195.212	250.087	(118.658)	-	1.196.086
Pagamento baseado em ações	21b	-	58.026	-	-	--	58.026
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	21b/15	-	7.576	-	-	--	7.576
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(83.353)	(83.353)
Absorção do prejuízo do semestre		-	-	(83.353)	-	83.353	-
Saldos em 30 de junho de 2022		869.445	260.814	166.734	(118.658)	-	1.178.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Semestre findo em 30/06/2022	Semestre findo em 30/06/2021
Prejuízo do período		(83.353)	(43.456)
Ajustes ao prejuízo:		(266.318)	(92.101)
Depreciação e amortização	15/16/17	182.511	122.035
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(91.831)	(42.765)
Equivalência patrimonial	15	(69.618)	(62.835)
Receitas financeiras, líquidas		(395.056)	(201.915)
Provisão para contingências	27	2.210	3.267
Provisão para perdas operacionais	27	25.551	16.857
Perda na baixa e alienação de bens		22.329	-
Ajuste a valor justo de TVM e derivativos		(440)	30.092
Pagamento baseado em ações		58.026	43.163
Variações nos ativos e passivos		468.448	(568.679)
Títulos e valores mobiliários		442.161	(1.004.278)
Contas a receber de emissores		3.349.276	(2.253.804)
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		(415.951)	1.729.929
Rendas a receber		(5.940)	(6.044)
Outros ativos diversos		(186.630)	(45.836)
Despesas antecipadas		(33.637)	(240.468)
Contas a pagar a estabelecimentos		(2.130.426)	2.337.392
Obrigações sociais e estatutárias		24.617	(75.283)
Impostos e contribuições a recolher		25.460	(47.717)
Obrigações vinculadas a cessão		(560.479)	(1.653.680)
Outros passivos diversos		209.339	788.683
Juros pagos de empréstimos		(86.632)	(16.393)
Juros pagos e recebidos, líquidos		(160.842)	(58.053)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.868)	(23.127)
Caixa líquido das atividades operacionais		118.777	(704.236)
Aquisição de imobilizado		(263.901)	(371.834)
Valor recebido pela venda de imobilizado		36.917	95
Aquisição de ativos intangíveis	17	(62.000)	(51.124)
Aquisição de subsidiária		(743)	-
Aumento de capital em subsidiária	15	-	(430.000)
Caixa líquido das atividades de investimento		(289.727)	(852.863)
Captação de empréstimos	18	2.749.992	2.808.000
Pagamento de empréstimos		(3.597.749)	(1.508.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	21d	-	(73.845)
Caixa líquido das atividades de financiamento		(847.757)	1.226.155
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa		(438)	(563)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(1.019.145)	(331.507)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	1.126.454	1.268.754
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	107.309	937.247
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(1.019.145)	(331.507)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Stone Instituição de Pagamentos S.A. (“Companhia” ou “Stone”) com sede em São Paulo, Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, cj. 2101, 20º andar, foi constituída em 4 de dezembro de 2013. A Companhia tem como atividade principal a prestação de serviços para aceitação de cartões de crédito e débito em estabelecimentos comerciais e seu modelo de negócio compreende o credenciamento, instalação e manutenção de terminais eletrônicos para a captura, processamento, transmissão e liquidação financeira das transações com cartões de crédito e débito dos instituidores dos arranjos. A Stone também atua efetuando pré-pagamentos de transações com cartões aos estabelecimentos credenciados sobre transações já capturadas e processadas.

A Stone obteve, em 3 de julho de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), e em 24 de abril de 2019 recebeu autorização para atuar como emissora de moeda eletrônica. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

Em 04 de dezembro de 2019, após incorporação reversa da StoneCo Brasil Participações S.A. (“StoneCo Brasil”), a Companhia passou a ser controlada pela DLP Capital LLC, uma *holding* norte-americana que detém 100% das ações da Companhia, que por sua vez tem como controladora final a StoneCo Ltd. (“Grupo StoneCo” ou “Grupo”), empresa de capital aberto na bolsa de valores NASDAQ sob o código STNE, constituída nas Ilhas Cayman.

1.1 Incorporação da Collact Serviços Digitais S.A

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada em 01 de janeiro de 2022, foi aprovada a incorporação da Collact Serviços Digitais S.A pela Stone Instituição de Pagamento S.A.

A incorporação atende aos interesses das companhias e resultará em ganhos de sinergias, tendo por objetivo a simplificação e integração da estrutura para a prestação de serviços de tecnologia realizadas pela Collact e Stone Instituição de Pagamento, com a consequente otimização das interações com o mercado pela Incorporadora e redução de custos operacionais e administradores do grupo StoneCo.

Adicionalmente com a implementação da incorporação, os serviços atualmente prestados por entidades jurídicas distintas passarão a ser realizados pela Stone Pagamentos de forma mais eficiente, simplificando a estrutura organizacional.

O Patrimônio Líquido da empresa incorporada (Collact) em 31 de dezembro de 2022 está suportado por laudo de avaliação contábil.

Abaixo, são demonstrados os ativos e passivos incorporados em milhares de reais:

	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Ativo	
Circulante	
Adiantamento a fornecedores	986
Impostos e contribuições a recuperar	9
Total do ativo circulante	<u>995</u>
Não circulante	
Imobilizado	205
Total do ativo não circulante	<u>205</u>
Total do Ativo	<u>1.200</u>

Passivo	
Circulante	
Obrigações sociais	245
Obrigações tributárias	167
Outras contas a pagar	45
Total do passivo circulante	457
Patrimônio Líquido	
Capital social subscrito	12.361
Reserva de capital	163
Lucros (prejuízos) acumulados	(11.781)
Total do patrimônio líquido	743
Total Passivo e Patrimônio Líquido	1.200

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

Em 1º janeiro de 2021 entrou em vigor a Resolução BCB nº 2/20, que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições de pagamento. Conforme requerido e permitido pela norma, a Companhia alterou o seu modelo de divulgação de Demonstração do Resultado, tendo refletido nos saldos comparativos as devidas reclassificações. As demais peças contábeis não sofreram alterações significativas.

Após análises realizadas, não identificamos efeitos significativos na adoção desta norma nas demonstrações financeiras.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros e de pagamento baseado em ações, determinação da vida útil dos ativos permanentes, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para contingências e para impostos diferidos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de agosto de 2022.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira parte das disponibilidades e instrumentos financeiros, são mantidos em moeda estrangeira, conforme autorizada pela Resolução CMN nº 4.993/22. Os valores em moeda estrangeira, representados também por ativos e passivos decorrentes das transações usuais da Companhia, foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente na data de liquidação das transações ou na data das demonstrações financeiras, quando pendentes de liquidação. Nesse caso os ativos e passivos são convertidos pela cotação do dólar comercial, divulgado pelo Banco Central do Brasil. Os resultados de variação cambial, positivos ou negativos, são registrados em conta de resultado.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01 e alterações, nas seguintes categorias:

- (i) *Títulos para negociação* - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- (ii) *Títulos mantidos até o vencimento* - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.
- (iii) *Títulos disponíveis para venda* - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii).

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente e preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13 e alterações.

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio.

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor de mercado, de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, de acordo com suas respectivas classificações, conforme a seguir:

- (i) destinados a *hedge* de risco de mercado: ganhos e perdas são registrados no resultado do exercício; e
- (ii) destinados a *hedge* de fluxo de caixa: ganhos e perdas relacionados à parcela efetiva do *hedge* são registrados em Outros resultados abrangentes, e eventual parcela inefetiva é reconhecida no resultado do exercício.
- e) Transações de pagamento
- Nas transações de débito, a Stone paga em até dois dias úteis o valor devido aos estabelecimentos comerciais. Nas transações de crédito, o pagamento depende da quantidade de parcelas. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito à vista, ele ocorre trinta dias corridos após a captura da transação. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito parcelado, o pagamento de cada parcela ocorre 30 dias após o seu vencimento.
- f) Cessão de recebíveis
- De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e alterações, créditos de recebíveis cedidos desde 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificados para rubrica específica no ativo “Contas a receber de emissores vinculadas a cessão” (Nota 8) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo “Obrigações vinculadas a cessão” (Nota 8).
- g) Provisões para crédito de liquidação duvidosa
- As provisões de crédito de liquidações duvidosas associadas ao risco de crédito da Companhia são constituídas para os títulos vencidos, com atraso superior a 30 (trinta) dias vencidos e são provisionadas em sua totalidade. A provisão também contempla clientes que tenham algum indício identificado de não recebimento (pedido de falência, cobrança judicial).
- h) Despesas antecipadas
- Estão reconhecidas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, a serem reconhecidos na competência apropriada.
- i) Investimentos
- Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada.

Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

j) Ativo imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Companhia ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- Pin Pad e POS – 20%;
- Máquinas e aparelhos e equipamentos – 20%;
- Equipamentos de informática – 10% - 20%;
- Móveis e utensílios – 10%;

- Benfeitorias em propriedades de terceiros – 20% - 33%;
- Instalações – 10%;
- Equipamentos de telefonia – 20%;
- Veículos – 20%;
- Aeronave – 10%

k) Ativo intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade.

O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Software – 20%.
- Licenças de uso de bandeiras – 20%;
- Marcas e patentes – 5%.
- Direito sobre contrato de representação – 33%.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto ativos fiscais diferidos, cuja realização é avaliada semestralmente.

m) Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda (“IRPJ”) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) é de 9% sobre o lucro tributável.

n) Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.
- Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

p) Apuração do resultado

(i) *Receitas operacionais*

As receitas operacionais são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência e apresentada líquida de cancelamentos, descontos comerciais e outras deduções similares, assim como líquida dos impostos diretamente incidentes. Estão assim representadas na demonstração do resultado:

- “Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços”: refere-se à captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, sendo apropriadas ao resultado da Companhia, líquida das taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações;
- “Receita líquida de aluguel de equipamentos”: refere-se às rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebido dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Stone, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões. A receita é contabilizada de forma linear no mês de competência do aluguel; e
- “Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento”: refere-se às rendas pelas antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar aos estabelecimentos e o valor efetivamente antecipado.

(ii) *Resultado bruto da intermediação financeira*

- “Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários”: receita de juros e ganhos ou perdas provenientes da marcação a mercado das aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários;
- “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”: ganhos e perdas relacionados às operações de *hedge* de risco de mercado, e à parcela inefetiva das operações de *hedge* de fluxo de caixa;
- “Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”: registro das despesas relativas às obrigações assumidas em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que não foram baixados, integral ou proporcionalmente, apropriadas pela taxa efetiva da operação em função do prazo remanescente;
- “Despesas com operações de empréstimos”: despesa de juros incorridos das obrigações por empréstimos assumidas pela Companhia.

q) Custos para obtenção dos contratos

A Companhia incorre em certos custos para obtenção dos contratos que são capitalizados no início da transação. O custo compreende principalmente comissões aos vendedores para obter um contrato e custos logísticos para cumprir um contrato. O ativo reconhecido é amortizado linearmente durante a vida esperada dos estabelecimentos. O prazo de amortização são 30 meses.

r) Pagamento baseados em ações

A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações liquidados em ações, segundo os quais a administração se compromete com ações baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados em troca de serviços.

As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do pagamento baseado em ações está de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10) e aprovadas pelo BACEN. O custo de transações liquidadas em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. A atividade relativa ao pagamento baseado em ações é discutida em mais detalhes na Nota 32.

s) Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 30 de junho de 2022 não houve resultado classificado como não recorrente.

t) Normas emitidas pelo BACEN:

(i) Normas adotadas em 2022:

- Resolução BCB nº 120 em 27 de julho de 2021, aprovou o pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente para administradoras de consórcio e instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Companhia adotou o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2022, data em que a Resolução BCB nº 120 entrou em vigor. O CPC 47 orienta que custos incrementais incorridos na obtenção ou cumprimento de contratos com clientes sejam reconhecidos como ativo, caso certos critérios sejam atendidos, e que tais custos devem ser amortizados em uma base sistemática consistente com a transferência dos bens ou serviços aos clientes. A Companhia avaliou que custos com comissões e custos logísticos incorridos na obtenção do contrato com o cliente atendem a todos os critérios estabelecidos pelo CPC 47 e, desta forma, os custos incorridos a partir de 1º de janeiro de 2022 passaram a ser capitalizados como ativos e amortizados ao longo do ciclo médio de vida do cliente.

Em 30 de junho de 2022, os custos para obtenção dos contratos, o valor contábil de R\$ 41.182 reconhecido na rubrica “Despesas antecipadas” e R\$ 6.111 como amortização reconhecida no resultado.

(ii) Normas com vigência futura:

- Resolução BCB nº 178 (IFRS 16): Aprova o CPC 06 – Arrendamentos (R2) traz o conceito de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento. Com base nesta definição, as operações de arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidas no balanço do arrendatário como um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. A norma é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 01.01.2025.
- Resolução BCB nº 219: Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), com entrada em vigor a partir de 01.01.2025. A Companhia está avaliando o impacto das novas regras.

- Em 11 de março de 2022 o BACEN aprovou um conjunto de regulamentos para instituições de pagamento. As novas regras criam requisitos da seguinte forma:
 - A regulação e supervisão serão baseadas no conglomerado financeiro consolidado conforme definido pelas normas do BACEN e não nas entidades reguladas individuais.
 - Introduz requisitos para gestão de risco e para gestão de adequação de capital.
 - Estabelece regras para determinação do nível mínimo de capital e para mensuração do capital regulatório efetivo que são introduzidas de forma gradual de 1º de janeiro de 2023 a 1º de janeiro de 2025.

A Companhia está avaliando o impacto das novas regras e não espera um impacto nos requisitos de capital acima do patrimônio atual alocado às entidades reguladas na vigência inicial em 1º de janeiro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades – em moeda nacional	102.024	1.100.453
Disponibilidades – em moeda estrangeira	5.285	15.843
Aplicações interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	-	10.158
	107.309	1.126.454

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

		31/12/2021		
		Faixa de vencimento		
Taxa média ponderada a.a.		0 a 90 dias	91 a 365 dias	Total
Operações compromissadas	94% DI (a)	10.158	-	10.158

(a) Depósitos Interbancários: taxa de juros que lastreia as operações entre instituições financeiras.

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição e classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria estão classificados como:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Títulos de renda fixa (a)	1.642.631	1.389.781
Cotas de fundo de investimento - FIDC TAPSO (b)	4.800.165	4.328.789
Cotas de fundo de investimento - FIDC TAPSO II (b)	799	1.113
Cotas de fundo de investimento - FIDC SOMA (c)	57.890	352.837
Cotas de fundo de investimento - FIDC AR III (d)	174.338	246.023
Títulos para negociação	<u>6.675.823</u>	<u>6.318.543</u>

(a) Os títulos de renda fixa referem-se a títulos de Letra Financeira do Tesouro com vencimento em até 90 dias. O valor justo dos títulos de renda fixa é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros DI disponibilizadas ao mercado através de órgão oficiais (B3, BACEN e etc.).

As aplicações em cotas de fundos de investimento referem-se a fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDC" ou, coletivamente "FIDCs"). Os FIDCs são administrados e custodiados pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e pelo Plural S.A. Banco Múltiplo.

- (b) O TAPSO FIDC ("FIDC TAPSO") iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais. O fundo pertence 99,8% ao Grupo StoneCo, sendo que em 30 de junho de 2022, a Stone detém participação de 43,9% das cotas (43,9% em 31 de dezembro de 2021), a subsidiária MNLT S.A. ("MNLT") 12,8% (12,8% em 31 de dezembro 2021), a subsidiária PDCA S.A. ("PDCA") 7,2% (7,2% em 31 de dezembro 2021) e a subsidiária Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me") 1,6% (1,6% em 31 de dezembro 2021). Já o TAPSO FIDC II ("FIDC TAPSO II") iniciou suas atividades em 10 de setembro de 2021, com o mesmo objetivo do FIDC TAPSO. O fundo pertence 100% ao Grupo StoneCo, sendo que em 30 de junho de 2022, a Stone detém participação de 100 % das cotas (100% em 31 de dezembro de 2021).
- (c) Em outubro de 2019 foi constituído o SOMA FIDC ("FIDC SOMA"), com o objetivo de adquirir cédulas de crédito bancário devidas por estabelecimentos comerciais clientes da Stone e sob forma de condomínio fechado, de modo que as cotas somente serão resgatadas ao término do respectivo prazo de duração das classes de cotas ou em caso de liquidação do FIDC SOMA. O FIDC SOMA terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral. A Stone detém 50,3% das cotas do FIDC SOMA em 30 de junho de 2022 (50,3% em 31 de dezembro de 2021).
- (d) Em 21 de julho de 2020 foi constituído o FIDC Bancos Emissores de Cartão de Crédito - Stone III ("FIDC AR III") para ser utilizado como fonte de captação de recursos, o FIDC AR III foi constituído sob a forma de condomínios fechados, com prazo de 20 anos, regidos pela Resolução do CMN nº 2.907/01 e alterações, pela Instrução CVM nº 356/01 e alterações, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A Stone é detentora de 9,9% de cotas em 30 de junho de 2022 (9,9% em dezembro de 2021).

Os FIDCs devem manter, após 90 dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do investimento sobre as cotas estão de acordo com as normas adotadas no Brasil e com critérios determinados pelo BACEN.

Apesar da duração dos FIDCs ser de 20 anos ou duração indeterminada, o prazo de recebimento é menor que 12 meses, ou seja, é de entendimento da Companhia que o valor deve ser registrado no ativo circulante.

b) Abertura por faixa de vencimento dos títulos e valores mobiliários

30/06/2022		
0 a 90 dias	91 a 365 dias	Total
Cotas de fundo de investimento - FIDCs	-	5.033.192
Títulos de renda fixa	1.642.631	-
1.642.631	5.033.192	6.675.823

31/12/2021		
0 a 90 dias	91 a 365 dias	Total
Cotas de fundo de investimento - FIDCs	-	4.928.762
Títulos de renda fixa	1.389.781	-
1.389.781	4.928.762	6.318.543

c) Instrumentos financeiros derivativos

Contabilidade de hedge

Durante 2020, a Companhia realizou operações de hedge, utilizando contratos de Non-Deliverable Forward ("NDF"), para transações futuras altamente prováveis de compras de Pin Pads e POS, sujeitas à exposição cambial. As transações foram eleitas para contabilidade de hedge e classificadas como hedge de fluxo de caixa, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02 e alterações.

Em 14 de janeiro de 2021, a Companhia acordou com os fornecedores de Pin Pads e POS para que as novas compras não fossem mais indexadas à moeda estrangeira. Em virtude desse acordo, não foram realizadas novas operações de hedge desde então e as operações anteriormente designadas foram descontinuadas para fins de contabilidade de hedge.

Outros instrumentos financeiros derivativos

Em 2021, a Companhia efetuou operações de hedge econômico, utilizando contratos de Non-Deliverable Forward ("NDF"), para proteção de exposição cambial de passivos junto a fornecedores no exterior. Em conformidade com a Circular Bacen nº 3.082 e alterações, os saldos decorrentes dessas operações são ajustados periodicamente pelo seu valor de mercado e os ganhos e perdas resultantes são computados no resultado do período. Em 30 de junho de 2022, o saldo destas operações representa um passivo de R\$ 382 (R\$ 58 em 31 de dezembro de 2021).

7. **Contas a receber de emissores**

Os valores a receber de bancos emissores de cartões decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, correspondem a R\$ 12.379.721 em 30 de junho de 2022 (R\$ 14.623.500 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$ 12.349.174 em curto prazo e R\$ 30.547 em longo prazo (R\$ 14.623.500 em curto prazo em 31 de dezembro de 2021).

O prazo médio de recebimento é de 66 dias em 30 de junho de 2022 e de 68 dias em 31 de dezembro de 2021.

8. Contas a receber e Obrigações vinculadas a cessão

Os recebíveis de emissores de cartões detidos pela Stone que foram cedidos para FIDCs e para uma entidade privada são mantidos no balanço patrimonial, pois há retenção substancial dos riscos e benefícios, sendo também reconhecida uma obrigação pelo repasse ou antecipação dos recursos.

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	5.209.972	4.661.058
	<u>5.209.972</u>	<u>4.661.058</u>
Obrigações vinculadas a cessão	(1.766.746)	(2.327.225)
	<u>(1.766.746)</u>	<u>(2.327.225)</u>

9. Depósitos

A Stone possui saldo de moeda eletrônica mantido em contas pagamento, que constitui patrimônio separado, que não se confunde com o da instituição de pagamento, no montante de R\$ 1.578.706 em 30 de junho de 2022 (R\$ 1.485.789 em 31 de dezembro de 2021).

Conforme exigido pela regulamentação, tais valores foram aplicados em depósitos em moeda eletrônica no BACEN no montante de R\$ 98.251 (R\$ 233.430 em 31 de dezembro de 2021) e em títulos públicos no montante de R\$ 1.642.631 (R\$ 1.389.781 em 31 de dezembro de 2021), classificados como títulos de renda fixa para negociação.

10. Rendas a receber

As rendas a receber de transações de pagamento referem-se principalmente a valores a receber de clientes, oriundos do aluguel de equipamentos e prestação de serviços de transação financeira. O montante é de R\$ 165.272, sendo R\$ 129.314 no curto prazo e R\$ 35.958 no longo prazo em 30 de junho de 2022 (R\$ 159.332, sendo, R\$ 124.015 no curto prazo e R\$ 35.317 no longo prazo em 31 de dezembro de 2021).

11. Outros ativos diversos

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 31)	367.324	211.004
Adiantamentos diversos e antecipações salariais	61.565	78.922
Valores a receber de clientes por <i>chargeback</i>	22.641	13.955
Dividendos a receber (Nota 31)	10.544	10.422
Valores a receber das bandeiras	6.523	17.167
Devedores por depósitos em garantia	5.651	3.738
Outros	20.366	21.082
	<u>494.614</u>	<u>356.290</u>
Circulante	271.777	141.533
Não circulante	222.837	214.757

12. Provisões para crédito de liquidação duvidosa

As provisões para crédito de liquidação duvidosa são constituídas principalmente para os produtos de aluguel de POS e *Chargeback*.

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(28.170)
Adição	(45.483)
Reversão	6.274
Perda	30.611
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(36.768)
Adição	(50.147)
Reversão	12.205
Perda	22.699
Saldo em 30 de junho de 2022	(52.011)

13. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se principalmente a valores com propaganda e publicidade. O montante é de R\$ 285.949, sendo R\$ 123.634 no curto prazo e R\$ 162.315 no longo prazo em 30 de junho de 2022 (R\$ 252.312, sendo R\$ 96.749 no curto prazo e R\$ 155.563 no longo prazo em 31 de dezembro de 2021), no qual R\$ 41.182 refere-se a custo de obtenção de contratos.

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Lucro / (prejuízo) antes dos impostos	(175.184)	(90.351)
Participações no lucro resultados	67.585	39.725
Alíquotas vigentes (%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	36.584	17.213
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Participações no lucro resultados	22.979	13.507
Lei do Bem (pesquisa e desenvolvimento)	-	(4.402)
Resultado de equivalência patrimonial	23.670	21.364
Amortização de ágio	6.097	6.408
Juros sobre o capital próprio	-	10.615
Outras despesas permanentes	2.502	(17.809)
Imposto de renda e contribuição social	91.831	46.895
Impostos correntes	-	4.130
Impostos diferidos	91.831	42.765
Imposto de renda e contribuição social	91.831	46.895

b) Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas apresentaram as seguintes movimentações no semestre.

	Saldo em 31/12/2021	Movimentação	Saldo em 30/06/2022
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	168.864	83.498	252.362
Ágio dedutível	36.675	(6.112)	30.563
Provisão para participações nos lucros	45.387	(22.445)	22.942
Provisão para pagamento baseado em ações	8.613	11.069	19.682
Perdas efetivas	12.507	34.870	47.377
Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	14.573	3.111	17.684
Provisão para contingências	2.367	512	2.879
Demais diferenças temporárias	35.109	(2.584)	32.525
Ativos fiscais diferidos	324.095	101.919	426.014
Reconhecimento de receita – FIDC (a)	(35.398)	(14.282)	(49.680)
Demais diferenças temporárias	(71.373)	4.194	(67.179)
Obrigações fiscais diferidas	(106.771)	(10.088)	(116.859)
Impostos diferidos, líquidos	217.324	91.831	309.155

	Saldo em 31/12/2020	Movimentação	Saldo em 30/06/2021
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	78.477	78.477
Ágio dedutível	48.901	(6.112)	42.789
Provisão para pagamento baseado em ações	27.156	754	27.910
Perdas efetivas	10.850	6.741	17.591
Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	9.578	1.344	10.922
Provisão para participações nos lucros	25.913	(25.596)	317
Provisão para contingências	2.832	(957)	1.875
Hedge de fluxo de caixa	779	(779)	-
Demais diferenças temporárias	18.973	(30.785)	(11.812)
Ativos fiscais diferidos	144.982	23.087	168.069
Reconhecimento de receita - FIDC (a)	(58.009)	18.262	(39.747)
Obrigações fiscais diferidas	(58.009)	18.262	(39.747)
Impostos diferidos, líquidos	86.973	41.349	128.322

- (a) A Stone é cotista do FIDC TAPSO, um fundo fechado. Para fins de uniformização dos critérios contábeis, a receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis.

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	Valor
2022	98.794
2023	103.068
2024	138.605
2025 a 2028	85.547
Total	426.014

O valor presente estimado dos ativos fiscais diferidos em 30 de junho de 2022 é de R\$ 303.108 (R\$ 256.671 de 31 de dezembro de 2021), descontados à taxa média de 14,33%.

15. Investimentos

Participação societária							
	MNLT	Pagar.me	Stone SCD	PDCA	Stone Cartões	Ágio sobre aquisição	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.092.647	31.245	67.317	-	-	56.774	2.247.983
Aumento de capital	-	-	430.000	-	-	-	430.000
Amortização de ágio	-	-	-	-	-	(18.847)	(18.847)
Equivalência patrimonial	77.061	(8.419)	(5.807)	-	-	-	62.835
Reflexo de pagamento baseado em ações	1.005	332	146	-	-	-	1.483
Distribuição de dividendos	-	(2.587)	-	-	-	-	(2.587)
Saldos em 30 de junho de 2021	2.170.713	20.571	491.656	-	-	37.927	2.720.867
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.521.033	139.845	504.415	1.195.169	-	18.769	3.379.231
Redução/Aumento de capital	(150.000)	-	150.000	-	-	-	-
Amortização de ágio	-	-	-	-	-	(18.743)	(18.743)
Equivalência patrimonial	88.373	(65.413)	12.909	33.752	(3)	-	69.618
Reflexo de pagamento baseado em ações	1.284	3.175	71	3.046	-	-	7.576
Distribuição de dividendos	-	-	(123)	-	-	-	(123)
Saldos em 30 de junho de 2022	1.460.690	77.607	667.272	1.231.967	(3)	26	3.437.559

MNLT Soluções de Pagamento S.A (“MNLT”)

Em 22 de abril de 2016, a Stone adquiriu 100% do capital da MNLT, naquela data denominada Elavon do Brasil Soluções de Pagamentos S.A., uma empresa de soluções de pagamento formada em 2012 como uma *joint venture* entre Elavon Inc., subsidiária da U.S. Bankcorp, e o Citibank, subsidiária do Citigroup. A MNLT possuía autorização para operar com bandeiras de aceitação internacional como Visa, Mastercard, Diners e Discover. Além disso a MNLT também estava autorizada a operar as bandeiras de pagamentos de benefícios VR e Ticket.

O montante pago pela aquisição de 100% da MNLT foi de R\$ 1,00 (um real). O patrimônio líquido negativo da MNLT na data da aquisição era R\$ 188.918, o que gerou um ágio na aquisição do investimento. Em 30 de abril de 2019, a MNLT recebeu aumento de capital no valor de R\$ 8.500, totalmente subscrito e integralizado.

Em AGE aprovada 01 de julho de 2021, a Companhia reduziu capital em R\$ 700.000, passando a ter um capital social de R\$ 1.324.653, sem o cancelamento de ações.

Em AGE aprovada 18 de maio de 2022, a Companhia reduziu capital em R\$ 150.000, passando a ter um capital social de R\$ 1.174.655, sem o cancelamento de ações.

A MNLT S.A. fez abertura do seu capital em 11 de fevereiro de 2022 na categoria de registro “B” na comissão de valores imobiliários (CVM).

Pagar.me Pagamentos S.A. (“Pagar.me”)

Em decorrência da incorporação da parcela residual da StoneCo Brasil, em 4 de dezembro de 2019, a Stone passou a ser detentora de 100% das ações ordinárias da Pagar.me, empresa constituída em julho de 2013, tendo como principal objeto a prestação de serviços de tecnologia em gestão de pagamento.

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 29 de junho de 2021, foi aprovado aumento de capital da Pagar.me no valor total de R\$ 40.000.000, mediante a emissão de 40.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 52.275.858,11 (cinquenta e dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e onze centavos), dividido em 40.002.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Os valores dos dividendos a receber de R\$ 2.587 referentes ao exercício de 2020, foi pago em agosto de 2021.

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Stone SCD”)

Em 22 de julho de 2019, o BACEN autorizou o funcionamento da empresa Stone SCD, enquadrada no Segmento S5, uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio. Além desses, a Stone SCD pode prestar apenas os seguintes serviços: (i) análise e cobrança de crédito para terceiros; (ii) atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações realizadas; e (iii) emissão de moeda eletrônica.

Em 9 de junho de 2021 a Companhia recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 4 de junho de 2021, no valor total de R\$ 80.000, mediante a emissão de 80.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone na data da AGE.

Em 14 de junho de 2021 a Companhia recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 9 de junho de 2021, no valor total de R\$ 300.000, mediante a emissão de 300.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone na data da AGE.

Em 22 de fevereiro de 2022 a Companhia recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 4 de fevereiro de 2022, no valor total de R\$ 150.000, mediante a emissão de 150.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone na data da AGE.

Em 30 de junho de 2022, o capital social da Companhia, é representado por 651.000.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 651.000 totalmente subscrito e integralizado.

PDCA

A PDCA S.A. (“Companhia” ou “PDCA”), constituída em 20 de agosto de 2019, empresa controlada pela Stone Instituição de Pagamentos S.A. (“Stone”) e em última instância pela StoneCo Ltd (“StoneCo”).

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 31 de dezembro de 2021, foi aprovado aumento de capital da PDCA no valor total de R\$ 132.400, mediante a emissão de 132.400.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone Instituição de Pagamento, em moeda corrente nacional.

Conforme contrato de compra e venda a Stone Instituição de Pagamento pagou o valor de R\$ 995.722 no mês de julho de 2021, com um complemento de R\$ 5.213 para as empresas vendedoras STNE Participações S.A e StoneCo Ltd., totalizando um valor de R\$ 1.000.935.

Em 30 de junho de 2022, o capital social da Companhia, é representado por 1.017.887.626 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 1.017.888 totalmente subscrito e integralizado.

Stone Cartões

A Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia” ou “Stone Cartões”), anteriormente denominada como STN Benefícios S.A foi constituída em 26 de agosto de 2019. Em maio de 2022 a controladora STNE Participações S.A, legítima proprietária de 999 ações ordinárias, representativas de 99,9% do capital social da Companhia, vendeu a totalidade dessas ações para a Stone Instituição de Pagamento S.A., tornando-a a nova controladora da Companhia.

Em 30 de junho de 2022, o capital social da Companhia, é representado por 1.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 1 totalmente subscrito e integralizado.

16. Imobilizado de uso

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Incorporação Collact	Saldo em 30/06/2022
Pin Pad e POS	1.098.563	186.069	(39.602)	-	1.245.030
Máquinas e aparelhos e equipamentos	11.813	-	(100)	16	11.729
Equipamentos de informática	66.417	1.961	(221)	232	68.389
Móveis e utensílios	11.551	-	-	-	11.551
Benfeitorias em propriedades de terceiros	24.060	54	(57)	-	24.057
Instalações	3.795	-	-	-	3.795
Equipamentos de telefonia	4.543	1.540	-	-	6.083
Veículos e aeronave	46.619	-	(15.974)	-	30.645
Custo	1.267.361	189.624	(55.954)	248	1.401.279
Pin Pad e POS	(381.010)	(125.133)	12.283	-	(493.860)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(11.875)	(443)	-	(2)	(12.320)
Equipamentos de informática	(24.092)	(6.592)	196	(41)	(30.529)
Móveis e utensílios	(2.455)	(578)	-	-	(3.033)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(4.470)	(2.381)	-	-	(6.851)
Instalações	(507)	(190)	-	-	(697)
Equipamentos de telefonia	(4.166)	(910)	-	-	(5.076)
Veículos e aeronave	(5.820)	(1.933)	3.328	-	(4.425)
Depreciação acumulada	(434.395)	(138.160)	15.807	(43)	(556.791)
Imobilizado de uso	832.966	51.464	(40.147)	205	844.488

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2021
Pin Pad e POS	656.053	188.629	(31.817)	812.865
Máquinas e aparelhos e equipamentos	12.761	-	-	12.761
Equipamentos de informática	42.681	19.266	(2.461)	59.486
Móveis e utensílios	9.221	1.410	-	10.631
Benfeitorias em propriedades de terceiros	13.166	8.113	(475)	20.804
Instalações	3.049	1.211	(467)	3.793
Equipamentos de telefonia	3.712	831	-	4.543
Veículos e aeronave	16.123	30.496	-	46.619
Custo	756.766	249.956	(35.220)	971.502
Pin Pad e POS	(228.852)	(75.648)	6.152	(298.348)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(10.510)	(825)	-	(11.335)
Equipamentos de informática	(12.012)	(5.754)	208	(17.558)
Móveis e utensílios	(1.422)	(492)	-	(1.914)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(982)	(1.542)	348	(2.176)
Instalações	(227)	(172)	82	(317)
Equipamentos de telefonia	(2.601)	(1.045)	-	(3.646)
Veículos e aeronave	(1.410)	(2.078)	-	(3.488)
Depreciação acumulada	(258.016)	(87.556)	6.790	(338.782)
Imobilizado de uso	498.750	162.400	(28.430)	632.720

17. Intangível

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2022
Software	231.029	62.000	(19.140)	273.889
Licenças de uso de bandeiras	5.674	-	-	5.674
Marcas e patentes	20	-	-	20
Direito sobre contrato de representação	726	-	-	726
Custo	237.449	62.000	(19.140)	280.309
Software	(72.603)	(25.414)	39	(97.978)
Licenças de uso de bandeiras	(5.342)	(193)	-	(5.535)
Marcas e patentes	(2)	(1)	-	(3)
Direito sobre contrato de representação	(726)	-	-	(726)
Amortização acumulada	(78.673)	(25.608)	39	(104.242)
Intangível	158.776	36.392	(19.101)	176.067

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferên cias	Saldo em 30/06/2021
Software	141.771	51.124	(1.757)	(1)	191.137
Licenças de uso de bandeiras	5.674	-	-	-	5.674
Marcas e patentes	20	-	-	-	20
Direito sobre contrato de representação	726	-	-	-	726
Custo	148.191	51.124	(1.757)	(1)	197.557
Software	(35.933)	(15.160)	-	1	(51.092)
Licenças de uso de bandeiras	(4.126)	(430)	-	-	(4.556)
Marcas e patentes	(1)	(2)	-	-	(3)
Direito sobre contrato de representação	(686)	(40)	-	-	(726)
Amortização acumulada	(40.746)	(15.632)	-	1	(56.377)
Intangível	107.445	35.492	(1.757)	-	141.180

18. Obrigações por empréstimos

	Saldo em 31/12/2021	Captações	Pagamentos	Juros incorridos	Saldo em 30/06/2022
Empréstimos (a)	2.697.259	2.749.992	(3.667.009)	154.690	1.934.932
Debêntures (b)	399.721	-	(17.374)	21.571	403.918
	3.096.980	2.749.992	(3.684.383)	176.261	2.338.850

	Saldo em 31/12/2020	Captações	Pagamentos	Juros incorridos	Saldo em 30/06/2021
Empréstimos	390.363	2.808.000	(1.519.238)	17.761	1.696.886
Debêntures	399.083	-	(5.155)	5.423	399.351
	789.446	2.808.000	(1.524.393)	23.184	2.096.237

(a) Empréstimos em moeda nacional

No primeiro semestre de 2022, foram emitidas novas CCBs, com múltiplas contrapartes e vencimentos de até 12 meses. O principal e juros das CCBs vincendas são pagos principalmente no vencimento, que seria entre dois e dezoito meses quando contados das respectivas datas de emissão. Os recursos desses empréstimos foram utilizados principalmente na antecipação de recebíveis.

(b) Debêntures privadas

Em 12 de junho de 2019, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples, em série única, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. A emissão totalizou o montante de R\$ 400.000 e estabelece como data de vencimento o dia 01 de julho de 2022.

A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios contratuais baseados na variação percentual acumulada de 109,0% da taxa média diária do DI. Os juros remuneratórios são pagos mensalmente a partir da data de emissão.

19. Contas a pagar estabelecimentos

	30/06/2022	31/12/2021
Contas a Pagar	14.952.187	16.003.597
Intenções de pagamentos	49.055	49.915
Créditos retidos	38	576
	15.001.280	16.054.088

20. Outras obrigações

a) Obrigações sociais e estatutárias

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Dividendos e bonificações a pagar	5.317	5.317
Provisão para participações nos lucros	67.477	42.860
	<u>72.794</u>	<u>48.177</u>

b) Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	-	582
Impostos e contribuições a pagar	18.136	22.751
Outros	7.126	5.098
	<u>25.262</u>	<u>28.431</u>

c) Outros passivos diversos

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a pagar ao FIDC TAPSO	7.242.088	7.318.468
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 31)	661.310	495.618
Outros (i)	192.726	160.932
	<u>8.096.124</u>	<u>7.975.018</u>
Circulante	8.083.667	7.958.094
Não circulante	12.457	16.924

(i) Refere-se substancialmente a valores a repassar às bandeiras e fornecedores.

d) Provisão para Contingências

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para contingências	8.467	6.962
	<u>8.467</u>	<u>6.962</u>

Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

Passivos contingentes classificados como perdas prováveis

- Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.
- Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

As movimentações das provisões para contingências, ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:

	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	206	8.123	8.329
Adições	281	4.407	4.688
Reversões	(81)	(1.340)	(1.421)
Pagamentos	(52)	(6.031)	(6.083)
Saldos em 30 de junho de 2021	354	5.159	5.513
Saldos em 31 de dezembro de 2021	171	6.791	6.962
Adições	288	6.189	6.477
Reversões	(38)	(4.229)	(4.267)
Pagamentos	(158)	(547)	(705)
Saldos em 30 de junho de 2022	263	8.204	8.467

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cível	109.725	72.816
Trabalhista	125.992	52.601
Tributário	-	5.178
Total	235.717	130.595

Perdas possíveis

A Stone possui os seguintes processos com probabilidade de perdas possíveis:

- A Stone também é parte em uma ação judicial movida por uma instituição financeira vítima de fraude. No processo em comento, a instituição financeira solicita a retenção e repatriação de valores transacionados de forma possivelmente espúria através dos sistemas de pagamento da Companhia. O valor considerado como perda possível é de R\$ 6.607 em 30 de junho de 2022 (R\$ 6.249 em 31 de dezembro de 2021).
- A Stone é parte de uma Ação Civil Pública que discute acessibilidade das máquinas e/ou aplicativos utilizados para pagamentos com cartões de crédito e débito dotadas de tela sensível ao toque. O valor considerado como perda possível é de R\$ 2.023 em 30 de junho de 2022.
- A Stone é parte de uma série de ações judiciais movidas por estabelecimentos comerciais caracterizados como cliente de um subadquirente anteriormente atendido pela Stone. Tal subadquirente apresentou

dificuldades na liquidação dos fundos derivados de transações de débito e crédito realizadas pelos referidos estabelecimentos e o valor total de perda possível das ações em que a Stone foi chamada como corré foi de R\$ 2.788 em 30 de junho de 2022 (R\$ 2.704 em 31 de dezembro de 2021).

- A Stone é parte de uma ação indenizatória ajuizada por um subadquirente anteriormente atendido pela Stone requerendo o pagamento de indenização pela rescisão do contrato estabelecido entre as partes. O valor considerado como perda possível é de R\$ 2.430 em junho de 2022 (R\$ 2.298 em 31 de dezembro de 2021).
- A Stone é parte de ação de cobrança ajuizada por um parceiro comercial, responsável por parte da captação e indicação de estabelecimentos comerciais para serem credenciados, com exclusividade, ao sistema Stone, o qual foi rescindido pelo grupo Stone Co. O valor considerado como perda possível é de R\$ 5.143 em 31 de junho de 2022 (R\$ 4.864 em 31 de dezembro de 2021).
- A Stone é parte de uma série de ações judiciais movidas por estabelecimentos comerciais caracterizados como cliente de um subadquirente anteriormente atendido pela Stone. Tal subadquirente apresentou dificuldades na liquidação dos fundos derivados de transações de débito e crédito realizadas pelos referidos estabelecimentos e o valor total de perda possível das ações em que a Stone foi chamada como corré foi de R\$ 2.357 em 30 de junho de 2022 (R\$ 8.186 em 31 de dezembro de 2021).
- A Stone Instituição de Pagamentos é parte de consideráveis ações judiciais cujas causas raiz conectam-se com a operação desenvolvida por ela no mercado. As demandas são relacionadas a (i) análise de risco e retenção de recebíveis, (ii) análise de risco relativa à operação de conta de pagamento, (iii) operação de concessão de crédito pela SCD, outra empresa do grupo, intermediados pela Stone Instituição de Pagamentos, (iv) contestação de transações relacionadas por meio de cartão de crédito (chargebacks), (v) questões elencadas acerca da modalidade de conta de pagamento denominada “Conta Freemium”, bem como (vi) discussão acerca de eventual divergência de taxas acordadas e aplicadas na relação comercial estabelecida entre o grupo e os estabelecimentos comerciais credenciados. O valor total é de R\$ 78.898 em 30 de junho de 2022 (R\$ 24.778 em 31 de dezembro de 2021).
- Na Justiça do Trabalho, a Companhia é constantemente acionada em duas hipóteses: (i) ações de ex-empregados e (ii) ações de ex-empregados de empresas terceirizadas, contratadas pela Stone. Nessas respectivas ações a companhia encontra dois pedidos recorrentes: enquadramento em categoria de trabalho diversa e pagamento de horas extras.

Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Stone.

e) Provisão para pagamentos a efetuar

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários e encargos	200.167	194.540
	200.167	194.540
Circulante	185.595	167.323
Não Circulante	14.572	27.217

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o capital social é representado por 155.667.136 ações ordinárias, sendo 155.667.135 ações da empresa DLP Capital LLC e 1 ação da DLPPar Participações S.A., em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 869.445, totalmente subscritas e integralizadas.

Ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

b) Reserva de capital

No semestre findo em 30 de junho de 2022, a Stone constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 65.602, no total de R\$ 260.814 (R\$ 195.212 em 31 de dezembro de 2021) para a distribuição de remuneração baseada em ações (Nota 32).

c) Reserva de lucros

Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Stone não constituiu reserva legal no semestre findo em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, equivalente a 5% do lucro líquido, a qual não pode exceder de 20% do capital social.

d) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira. Conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, em seu artigo 9º, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos.

Em AGE realizada em 30 de junho de 2021, foi aprovada a distribuição de R\$ 31.222 a título de juros sobre capital próprio, a ser liquidado pela Companhia em um prazo conveniente ao seu acionista.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia liquidou juros sobre capital próprio o valor de R\$ 100.384 e dividendos no valor de R\$ 4.746 referente ao período de 2020.

e) Outros resultados abrangentes

Em 30 de junho de 2022 não houve constituição do valor de outros resultados abrangentes, no total de R\$ (118.658) em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

22. Receitas operacionais

	30/06/2022	30/06/2021
Receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	740.073	628.333
Impostos sobre receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	(83.931)	(71.933)
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços	656.142	556.400
Receita de aluguel de equipamentos	254.301	221.194
Impostos sobre receita de aluguel de equipamentos	(23.523)	(20.460)
Receita líquida de aluguel de equipamentos	230.778	200.734
Receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	1.077.618	126.913
Impostos sobre receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	(49.736)	(4.144)
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento	1.027.882	122.769
Total	1.914.802	879.903

23. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

	30/06/2022	30/06/2021
Cessão definitiva	(1.105.498)	(105.097)
Cessão com retenção de riscos e benefícios	(132.963)	(79.869)
	(1.238.461)	(184.966)

24. Custo dos serviços prestados

	30/06/2022	30/06/2021
Processamento de dados	(126.343)	(100.661)
Despesas com serviços associados a transações de pagamento	(32.115)	(64.591)
Comunicações	(36.558)	(20.867)
Transportes	(22.898)	(14.769)
Outros (a)	(43.254)	(26.767)
	(261.168)	(227.655)

(a) Referem-se principalmente a gastos diretamente atribuíveis ao funcionamento de Pin Pad e POS, tais como bobinas, acessórios, armazenagem e etc.

25. Despesas de pessoal

	30/06/2022	30/06/2021
Salários e proventos	(307.283)	(266.986)
Encargos sociais	(101.424)	(81.886)
Benefícios	(75.014)	(58.037)
Treinamentos	(4.358)	(2.778)
	(488.079)	(409.687)

26. Despesas administrativas

	30/06/2022	30/06/2021
Publicidade, promoções e relações públicas	(28.814)	(47.697)
Serviços técnicos especializados	(36.308)	(20.071)
Despesas tributárias (a)	(29.608)	(16.874)
Aluguéis	(18.128)	(15.197)
Viagens	(20.689)	(12.669)
Processamento de dados	(20.118)	(17.992)
Comunicações	(3.973)	(5.253)
Eventos internos	(1.807)	(3.697)
Transportes	(4.115)	(2.133)
Despesas de Seguros	(2.976)	(1.841)
Manutenção e conservação de bens	(1.279)	(1.147)
Serviços de vigilância e segurança	(1.368)	(1.656)
Serviços do sistema financeiro	(1.221)	(1.207)
Materiais	(783)	(1.109)
Água, energia e gás	(1.088)	(422)
Outros	(1.143)	(5.496)
Total	(173.418)	(154.461)

(a) Referem-se principalmente a despesas de PIS e COFINS incidentes sobre resultado de aplicações financeiras de liquidez e títulos e valores mobiliários.

27. Despesas de provisões

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Provisões para crédito de liquidação duvidosa (Nota 12)	(37.942)	(15.036)
Provisão para perdas operacionais	12.391	(1.821)
Provisão para contingências	(2.210)	(3.267)
	<u>(27.761)</u>	<u>(20.124)</u>

28. Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Recuperação de perdas operacionais	6.727	6.262
Variação cambial ativa	2.238	1.292
Descontos obtidos	2.121	1.100
	<u>11.086</u>	<u>8.654</u>

29. Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Perdas operacionais (a)	(109.900)	(45.376)
Despesas de comissões com parceiros	(55.228)	(34.937)
Outras despesas operacionais	(3.746)	(1.583)
Variação monetária passiva	(621)	(1.222)
	<u>(169.495)</u>	<u>(83.118)</u>

(a) Refere-se principalmente a valores de perdas na realização de transações de pagamento.

30. Resultado não operacional

Os valores reconhecidos como resultado não operacional são decorrentes principalmente ao custo de alienação de ativos, doações e patrocínios. O resultado líquido no semestre findo em 30 de junho 2022 foi de R\$ 11.632 positivo (resultado negativo em R\$ 3.627, no semestre findo em 30 de junho de 2021).

31. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do grupo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

Ativos	30/06/2022	31/12/2021
PDCA S.A. (controlador final comum)	198.983	186.895
MNLT Soluções de Pagamento S.A. (controlada)	150.000	-
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	10.783	15.342
STNE Participações S.A. (controlador direto comum)	5.517	5.429
Cappta S.A. (controlador final comum)	762	609
Stone Logística Ltda. (controlador direto comum)	701	494
DLP Capital LLC	260	261
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	236	1
StoneCo Ltd. (controlador final)	47	-
StoneUK. (controlador final comum)	27	-
Linx Telecomunicações (controlador final comum)	6	-
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	2	-
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	-	1.973
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 11)	367.324	211.004
Ativos	30/06/2022	31/12/2021
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	9.182	9.182
MNLT Soluções de Pagamento S.A. (controlada)	1.212	1.212
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	150	28
Dividendos a receber (Nota 11)	10.544	10.422
Passivos	30/06/2022	31/12/2021
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	646.807	482.181
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	5.336	738
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	3.853	2.382
Equals S.A. (controlador final comum)	2.211	3.233
MNLT Soluções de Pagamentos S.A.	1.163	1.374
Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda.	915	3.179
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	254	-
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	735	1.538
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	36	-
Collact Serviços Digitais S.A.	-	986
Vitta Serviços em Saúde LTDA. (controlador final comum)	-	7
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 20c)	661.310	495.618
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	2.114.964	1.927.057
Cappta S.A. (controlador final comum)	2.284	-
Contas a pagar a estabelecimentos	2.117.248	1.927.057
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	10.851	9.149
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	4.292	4.292
Cappta S.A. (controlador final comum)	21	2.001
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	70	46
VHSYS Sistema de Gestão S.A. (pessoal chave da administração comum)	108	2
PDCA S.A. (controlador final comum)	309	-
Depósitos	15.651	15.490

Receitas	30/06/2022	30/06/2021
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	463.582	1.609
Cappta S.A. (controlador final comum)	3	4
Total	463.585	1.613
Despesas	30/06/2022	30/06/2021
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(57.543)	(75.617)
Equals S.A. (controlador final comum)	(27.599)	(18.496)
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(6.409)	(4.412)
StoneCo Pagamentos UK Ltd.	(4.815)	(1.211)
VHSYS (pessoal chave da administração comum)	(683)	(693)
Cappta S.A. (controlador final comum)	(54)	(525)
Alpha Logo Serviços de Informática S.A (controlador final comum)	(111)	-
APP Sistemas S.A (controlador final comum)	(18)	-
RH Software S.A (controlador final comum)	(45)	-
Trinks Serviços de Internet S.A (controlador final comum)	(374)	-
MAV Participações S.A (controlador final comum)	(25)	-
Collact Serviços Digitais S.A. (controlador final comum)	-	(592)
Zurich Consultoria e Participação Ltda.	-	(16)
VCK Investment Fund S. A	-	-
Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A. (controlador final comum)	-	(110)
Total	(97.676)	(101.672)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco.

Principais operações com partes relacionadas:

Valores a receber de sociedades ligadas: Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos referem-se substancialmente a rateios de despesas devidas.

Valores a pagar a sociedades ligadas: Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Stone SCD pagou antecipadamente os valores decorrentes das transações de pagamento realizadas pela Stone Instituição de Pagamento aos estabelecimentos comerciais usuário finais recebedores, e se sub-roga em seus direitos, se tornando a nova credora da Stone Instituição de Pagamentos. Por essa razão, o montante a pagar para a Stone SCD é de R\$ 646.807.

Contas a pagar a estabelecimentos: Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a maior parte do saldo está composto por obrigações originadas em transações com cartões de débito e crédito, que foram capturadas pela Pagar.me. A atividade da Pagar.me consiste na prestação de serviço de subadquirência de estabelecimentos comerciais, com a Stone sendo o principal veículo de adquirência utilizado por ela.

Depósitos: Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos referem-se a depósitos em contas de livre movimentação das empresas Pagar.me, Stone SCD, Stone Franchising, VHSYS e PDCA.

Receitas: Nos semestres 30 de junho de 2022 e 2021, referem-se substancialmente a receita de juros de antecipação de recebíveis cobradas da Pagar.me.

Despesas: Nos semestres 30 de junho de 2022 e 2021, o montante está composto substancialmente pela prestação de serviços de processamento de transações e de uso licenças de softwares operacionais realizados pela BUY4 Processamento de Pagamentos S.A., serviços de consultoria prestados pela VHSYS Sistema de Gestão S.A e software de gestão de recebimentos realizadas pela Equals.

A remuneração global do pessoal-chave da Administração no semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 45.250 (R\$ 29.502 em 30 de junho de 2021).

Os administradores da Companhia também são administradores de todo o Grupo StoneCo, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da Stone Instituição de Pagamentos S.A. não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia.

32. Pagamento baseado em ações

Em setembro de 2018, a Companhia outorgou Unidades de Ações Restritas (“UARs”) e opções de ações. Essas concessões são classificadas como patrimônio líquido, a maioria das outorgas está sujeita a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada será reconhecida durante o período de qualificação. Este programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (“*vesting period*”) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa, a saber: aproximadamente 6% foram adquiridas até o IPO da StoneCo Ltd., 9% adquiridas em 4 anos, 18% adquiridas em 5 anos, 21% adquiridas em 7 anos e 46% adquiridas em 10 anos.

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

As movimentações ocorridas de UARs e opções de ações são apresentadas abaixo:

	UARs	PSU	Opções	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.591.668	-	25.572	3.617.240
Outorgas	2.157.477	-	-	2.157.477
Emitidas	(116.723)	-	-	(116.723)
Transferências entre empresas do grupo	49.180	-	-	49.180
Saldo em 30 de junho de 2021	5.681.602	-	25.572	5.707.174
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.596.836	-	25.572	5.622.408
Outorgas	3.110.461	2.930.687	-	6.041.148
Emitidas	(283.904)	-	-	(283.904)
Transferências entre empresas do grupo	(32.118)	-	-	(32.118)
Canceladas	(135.903)	-	-	(135.903)
Saldo em 30 de junho de 2022	8.255.372	2.930.687	25.572	11.211.631

No semestre findo em 30 de junho de 2022, foi reconhecida provisão em despesas de pessoal, incluindo encargos no valor de R\$ 54.034 (R\$ 67.271 no exercício findo em 30 de junho de 2021).

No semestre findo em 30 de junho de 2022, a Stone registrou na reserva de capital o montante de R\$ 65.602 (R\$ 44.646 no semestre findo em 30 de junho de 2021) para a distribuição de remuneração baseada em ações.

33. Gerenciamento de riscos

A Gestão de Riscos na Companhia conta com as seguintes frentes de atuação: Risco de Mercado, Liquidez, Crédito, Capital, Operacional, Cibernético, Conformidade e Controles Internos. A gestão de risco das operações é efetuada por meio de controles calcados em políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio da Companhia, que monitoram os riscos inerentes às operações e/ou processos, sendo submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manterem-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

- a) **Risco de mercado:** é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes das flutuações nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia:

- *Risco de variação das taxas de juros:* é o risco de perdas resultante de movimentos adversos das taxas de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos.
 - *Risco cambial:* é o risco de perdas atrelado a variações na taxa de câmbio.
- b) **Risco de liquidez:** é o risco de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de Tesouraria e Controle de Risco Financeiro. Como partes dos controles diários, são estabelecidos limites de descasamento máximo e de concentração de passivos, que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um nível de caixa seguro.
- c) **Risco de crédito:** é o risco de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações de pagamento perante a Companhia. No contexto operacional da Stone, o risco de crédito corresponde, principalmente, à possibilidade de inadimplência de bancos emissores de cartões e subcredenciadores. A Companhia dispõe de mecanismos para o monitoramento e mitigação desse risco, categorizado por:
- *Emissores:* a área de Controle de Risco Financeiro realiza o monitoramento semanal da exposição por vencimento e emissor, e estabelece parâmetros de avaliação, de acordo com a classificação e porte das contrapartes. Os bancos emissores são classificados em três categorias: (i) “Top 5”, que são as instituições pertencentes aos seguintes conglomerados prudenciais: Banco Bradesco S.A.; Itaú Unibanco S.A.; Banco Santander S.A.; Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A.; (ii) Emissores que figuram como devedores nos FIDCs; e (iii) demais emissores. O acompanhamento semanal inclui a exposição em aberto junto aos emissores, a avaliação da concentração dos bancos classificados como Top 5, FIDCs e quatro maiores instituições da categoria de demais emissores, e o detalhamento dos fluxos financeiros a vencer por emissor, nos principais vértices dos valores financeiros a receber. A avaliação da qualidade de crédito dos emissores também considera as classificações das agências internacionais de risco. Na hipótese de aumento significativo na concentração da exposição, deterioração da qualidade creditícia ou evento de inadimplência do emissor, são acionados os mecanismos de mitigação ou plano de contingência. Para mitigação do risco de crédito de emissores, a Stone realiza operações de cessão de direitos creditórios, sem direito de regresso, junto a bancos cessionários com quem a Companhia tenha convênio, FIDCs e demais instrumentos financeiros.
 - *Subcredenciadores:* a área de Risco Transacional monitora periodicamente a exposição ao risco de crédito junto a cada subcredenciador, classificando-os em três grupos, conforme a relevância do volume total de pagamentos (“TPV”) e grau de utilização do produto de antecipação de recebíveis. Também são analisados os percentuais de *chargeback* e cancelamento. São realizadas análises dos vencimentos da carteira nas operações de antecipação de recebíveis e pela comparação entre o limite de antecipação (percentual máximo antecipável) e o valor efetivamente antecipado. São criados alertas para variações relevantes no volume antecipado e nos vencimentos da carteira, em comparação com o mês anterior analisados e informados em relatórios periódicos. A mitigação do risco de crédito de subcredenciadores é feita através de garantias concedidas na forma de depósito ou instrumentos financeiros similares, redução parcial ou total no volume de antecipação de recebíveis (caso este ultrapasse o limite definido pela Companhia), bem como da identificação de deterioração na qualidade de crédito pela área de Risco Transacional. Adicionalmente, a Stone tem a prerrogativa contratual de auditar os subcredenciadores para assegurar que os dados financeiros reportados a Companhia são válidos e íntegros, e que os montantes recebidos da Companhia são devidamente repassados aos usuários finais recebedores.
 - *Demais riscos de crédito:* a identificação dos demais riscos de crédito é realizada pela área de Risco Transacional por meio da participação no fluxo de criação de novos produtos. A identificação visa assegurar e identificar quais novas operações podem gerar algum tipo de risco de crédito, que deverá ser monitorado. São monitoradas situações de “agenda negativa” em que o volume de *chargeback* e/ou cancelamento ultrapassa o total de direitos creditórios devidos pela Companhia ao estabelecimento comercial, para que esses casos passem a integrar o cálculo de provisão de risco de crédito, e a área de Cobrança possa atuar de forma ativa junto aos usuários finais recebedores para sua recuperação. Como forma de mitigação, a equipe de Risco Transacional acompanha tais situações e avalia os casos em que é viável solicitar ao instituidor do arranjo a reversão do *chargeback*.

- d) Gerenciamento de capital:** a Companhia possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos da Circular BCB nº 3.681/13. A Companhia mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, e também mantém recursos líquidos correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, acrescidos dos saldos em trânsito entre contas de pagamento e dos valores recebidos pela instituição ainda não disponibilizados para livre movimentação pelo usuário final.

Nos termos do art. 9º da Circular nº 3.681/13, as instituições emissoras ou credenciadoras de instrumento de pagamento pós-pago devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% (dois por cento) do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses.

Nos termos do art. 10º do mesmo normativo, as instituições de pagamento emissoras de moeda eletrônica devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado correspondente a, no mínimo, o maior valor entre 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente.

A atuação da Stone Instituição de Pagamento S.A. abrange as modalidades de credenciadora e de emissora de moeda eletrônica, conforme definições constantes no art. 3º, III da Resolução BCB nº 80. O patrimônio líquido da Stone Instituição de Pagamento S.A. é de R\$ 1.178.335, superior, portanto, a 2% do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses, que corresponde a R\$ 566.873.

- e) Risco operacional:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, conforme eventos descritos na Circular BCB nº 3.681/13 e alterações. A Companhia gerencia os riscos operacionais inerentes aos seus negócios, com grande número de operações diárias e dependente de sistemas, de processamento de dados e de tecnologia da informação. A Companhia realiza o gerenciamento de riscos da operação, usando tecnologia avançada para acessar, planejar e implementar estratégias que minimizem riscos potenciais e adversos, que possam afetar as nossas operações. A Companhia utiliza um sistema antifraude no monitoramento transacional, que tem por finalidade identificar transações suspeitas de fraude e mitigar este tipo de operação. Os eventos de riscos operacionais também incluem: a) fraudes internas; b) fraudes externas; c) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; e) práticas inadequadas relativas a clientes produtos e serviços; e) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; f) situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; g) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e h) falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição
- f) Risco cibernético:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos ou relacionados ao ambiente cibernético, que:

- Produz efeito adverso ou representa ameaça aos sistemas de tecnologia da informação (TI) ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem; ou
- Infringe políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI.

A Companhia gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios como um tópico especial de riscos operacionais, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos.

A Companhia possui ainda políticas e procedimentos para mitigação dos riscos de segurança cibernética, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados, e conta com equipes treinadas e dedicadas para mitigação de riscos de segurança cibernética, monitoramento do ambiente informacional, gestão de fornecedores críticos de tecnologia, continuidade de negócios e gestão de incidentes e de vulnerabilidades, seguindo os requerimentos da Resolução BCB nº 85/21.

- g) Conformidade:** o time de *Compliance* conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade

fundamentada nos requisitos da Resolução BCB nº 65/21. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão, aos códigos de ética e de conduta e às políticas internas. Não obstante, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente.

O time de *Compliance* é também responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo da Stone Instituição de Pagamento S.A. nos termos da Resolução nº 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (“COAF”) e Circular BCB nº 3.978/20 e alterações.

- h) Controles Internos:** o time de Controles Internos tem como objetivo assegurar a confiabilidade e integridade da informação, a conformidade com políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentações e contratos, a salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas da Companhia, conforme diretrizes da Circular BCB nº 3.681/13 e alterações, e da Resolução CMN nº 4.968/21.

As principais atividades de controles internos são:

- Avaliar e monitorar a qualidade e efetividade do ambiente de controle para controlar e/ou mitigar os eventos de risco operacional, com periodicidade mínima anual, de forma a certificar o cumprimento dos controles estabelecidos;
- Garantir revisão e atualização periódicas dos controles internos, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a eventos de risco operacional novos ou anteriormente não abordados;
- Acompanhar o endereçamento dos apontamentos levantados pelas auditorias; e
- Reportar deficiências de controle relevantes associados, com periodicidade mínima anual, referente aos processos avaliados.

34. Eventos Subsequentes

Redução de capital MNLT:

Em 25 de Julho de 2022, a MNLT vendeu R\$ 650.000 em cotas do FIDC TAPSO à Stone Pagamentos. Em AGE aprovada na mesma data, a Companhia reduziu capital em R\$ 650.000, passando a ter um capital social de R\$ 524.653.

Redução de capital PDCA:

Em 15 de agosto de 2022, foi aprovado em AGE a redução de capital para PDCA em R\$770.000, sem cancelamento de ações, por considerá-lo excessivo ao objeto social da Companhia, nos termos do disposto no Artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações. O capital social da Companhia que anteriormente era de R\$ 1.017.888 dividido em 1.017.887.626 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passará a ser de R\$ 247.888 dividido em 1.017.887.626 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.